



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

**HABEAS CORPUS Nº 0004158-65.2014.8.17.0000 (0333497-0)**

IMPETRANTE: André Saulo dos Santos Alves (OAB/PE nº 24.236)

PACIENTE: Alex Luiz Lúcio

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE PESSOAS. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO FEITO. INOCORRÊNCIA. PROCESSO QUE TRAMITA REGULARMENTE. RAZOABILIDADE. PROCESSO EM QUE JÁ FORAM REALIZADAS DUAS AUDIÊNCIAS. FEITO NO AGUARDAMENTO DE OCORRÊNCIA DE CONTINUAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO DECRETO PREVENTIVO. NÃO EVIDENCIADO. DECISÃO FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO E PERICULOSIDADE DO AGENTE PELO *MODUS OPERANDI*. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Como sabido, os prazos legalmente estabelecidos para o encerramento da instrução criminal não são absolutos, podendo ser dilatados, à luz da razoabilidade, diante das peculiaridades do caso concreto. Na hipótese, o processo encontra-se tramitando dentro de prazo razoável, já tendo sido realizadas duas audiências. Atualmente o feito encontra-se no aguardo de realização de continuação da audiência de instrução e julgamento;

2. Considerando que a constrição cautelar do paciente está suficientemente justificada na garantia da ordem pública, dada a gravidade concreta da conduta, evidenciada pelo *modus operandi* utilizado na prática delitiva (crime de roubo em concurso com adolescente), não há que se falar em constrangimento ilegal a sua liberdade de locomoção;

3. Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0004158-65.2014.8.17.0000 (0333497-0), em que figuram como impetrante André



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

Saulo dos Santos Alves e como paciente Alex Luiz Lúcio, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 28/05/2014, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife 28 de maio de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

**HABEAS CORPUS Nº 0004158-65.2014.8.17.0000 (0333497-0)**  
IMPETRANTE: André Saulo dos Santos Alves (OAB/PE nº 24.236)  
PACIENTE: Alex Luiz Lúcio  
RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima  
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal  
PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**RELATÓRIO**

O advogado André Saulo dos Santos Alves interpôs o presente *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, em favor de **Alex Luiz Lúcio**, apontando como autoridade coatora o Exmo. Sr. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Vitória de Santo Antão/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo tombado sob o NPU 0000520-41.2013.8.17.1590.

Na exordial deste *writ* (fls. 02/07), o impetrante narra que o paciente encontra-se preso desde 07/02/2013, em razão da suposta prática dos delitos previstos no artigo 157, § 2º, inciso II do Código Penal (roubo majorado pelo concurso de pessoas) e no artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (corrupção de menores).

Defende que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção, em razão do excesso de prazo para formação da culpa, porquanto, apesar de estar preso desde a data acima mencionada, até o presente momento não foi realizada qualquer audiência no processo originário do *mandamus*.

Alega ainda que não se justifica a manutenção do paciente no cárcere, porquanto, segundo argumenta, o decreto construtivo não apresentou fundamentação idônea para tanto.

Com esses argumentos, o impetrante requer a concessão liminar da presente ordem de *habeas corpus* “com a revogação da prisão do paciente por falta de fundamentação e pelo latente excesso de prazo”, expedindo-se o competente alvará de soltura em favor do aludido paciente.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 08/12.

Às fls. 19/21 consta decisão interlocutória através da qual foi indeferido o pleito liminar, bem como foram solicitadas informações à autoridade impetrada, as quais foram prestadas por meio do ofício de fl. 30, acompanhadas dos documentos de fls. 31/35.

Após, os autos foram remetidos ao Ministério Público, tendo a ilustre representante ministerial, Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, oferecido o parecer de fls. 40/41v pela denegação da ordem.

**É o relatório.**

**VOTO DO RELATOR**

Como visto, o presente remédio constitucional foi interposto com o escopo de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente em razão do alegado excesso de prazo na formação da culpa, bem como diante da ausência de motivos para o encarceramento do mesmo.

Antes de analisarmos os argumentos trazidos no bojo da presente impetração, vale ressaltar o conteúdo da denúncia oferecida em desfavor do paciente.

Consta da cópia da exordial acusatória (fls. 31/33) que, no dia 07/02/2013, por volta das 12:40h, na Rodovia PE-50, nas proximidades da fábrica da Sadia, zona rural da cidade de Vitória de Santo Antão/PE, o paciente juntamente com o adolescente J.L.S., mediante grave ameaça, exercida com o emprego de arma de fogo, subtraiu, para si, coisa alheia móvel, consistente em aparelho de telefone celular da marca LG, modelo C105, pertencente à vítima Aldeci Pereira da Silva.

Depreende-se que, no dia do fato, a vítima estava com seu filho, uma criança de dois anos de idade, e sua cunhada Maria Auxiliadora da Silva em uma parada de ônibus situada na localidade conhecida como "Forró da Roça", situada perto da fábrica da Sadia, momento em que perceberam a aproximação de



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

dois elementos, os quais estavam em uma motocicleta da marca Shineray, no sentido da cidade de Vitória de Santo Antão.

O paciente e o adolescente então se aproximaram e anunciaram o assalto. Infere-se que, para isso, o condutor da motocicleta colocou a arma de fogo na cabeça da criança, enquanto que o outro colocou uma arma de fogo na cabeça da vítima, exigindo que ela entregasse a bolsa e o aparelho de telefone celular.

Momentos após, populares informaram a polícia sobre o ocorrido, oportunidade em que os policiais efetuaram diligências e encontraram o paciente e o menor, os quais tentaram se desvencilhar dos produtos do roubo, mas não obtiveram êxito nessa tarefa.

Os milicianos questionaram onde estavam as armas utilizadas e eles apontaram onde as haviam abandonado. Os policiais foram até o local indicado e encontraram as supostas armas de fogo, momento em que constaram que se tratavam, na verdade, de simulacro de armas constituído de madeira e fita isolante preta.

Com isso, o paciente foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, inciso II do Código Penal (roubo majorado pelo concurso de pessoas) e do artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (corrupção de menores) em concurso material.

Também cumpre mencionar o teor das informações prestadas pela autoridade impetrada (fl. 30).

O magistrado singular relatou que foi decretada a segregação cautelar do paciente, porque se entendeu que estavam presentes na hipótese os motivos autorizadores presentes no artigo 312 do Código de Processo Penal.

Destacou ainda que, após a apresentação da defesa preliminar do paciente, foi iniciada a instrução do feito, a qual não foi concluída em razão da ausência de testemunhas (Policiais Rodoviários), os quais haviam sido devidamente requisitados.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

Informou ao final que a defesa ajuizou pleitos de revogação da custódia cautelar do referido paciente.

Pois bem.

No que se refere à alegação de excesso de prazo na marcha processual, sob o argumento de que ainda não foi realizada audiência de instrução e julgamento no processo, tem-se que não merecem prosperar os argumentos ventilados no bojo do presente *mandamus*.

Inicialmente, como reiteradamente tenho entendido, cumpre repisar que é pacífico o entendimento de que o excesso de prazo na marcha processual deve ser aferido dentro dos limites da razoabilidade, considerando as peculiaridades do caso concreto, com as possíveis circunstâncias que venham a retardar a instrução criminal.

Na hipótese, de acordo com o informado pela autoridade impetrada, verifica-se que já foi realizada audiência de instrução e julgamento e, como dito acima, a instrução não restou encerrada, em razão da ausência de algumas testemunhas.

Em consulta realizada no Sistema Judwin, constatou-se que, na verdade, diferente do que alega o impetrante, foram realizadas duas audiências, a primeira ocorreu no dia 26/11/2013, na qual foram ouvidas a vítima e sua cunhada, a qual estava com aquela no momento do crime e a segunda se efetivou na data de 07/03/2014, ocasião em que se procedeu à oitiva do menor J.L.S. que estava com o paciente no momento da prática delitiva.

Há ainda notícia de que foi designada audiência em continuação para o dia 14/05/2014, entretanto, nesta oportunidade, o magistrado *a quo* registrou que a carta precatória enviada à comarca do Recife, no sentido de inquirir as testemunhas arroladas na denúncia, não havia sido devolvida, razão pela qual, deixou de proceder ao interrogatório do acusado.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

Assim, o que se constata é que não há desídia que possa ser atribuída ao poder judiciário, ao contrário, vê-se que o processo está sendo devidamente impulsionado.

Deste modo, diante do que consignado acima, verifica-se que inexistente excesso de prazo injustificado ou mesmo desarrazoado, tendo em vista que o processo está sendo devidamente impulsionado, não se verificando qualquer incúria por parte do juízo de primeira instância, que não mede esforços para cumprir com todas as suas obrigações.

No que tange à argumentação de que o decreto de prisão preventiva não possui fundamentação idônea, friso que também não merecem ser acolhidas as alegações do impetrante.

Compulsando os autos, vê-se às fls. 34/35 que a custódia cautelar do paciente foi decretada com fundamento na garantia da ordem pública. Confira-se trecho desse *decisum*:

“(…) De proêmio, observo que o auto de prisão em flagrante foi lavrado dentro dos ditames legais, não merecendo reparos. Passo a analisar as demais hipóteses. Os indícios de materialidade e autoria restam incontestes, à vista do auto de apresentação e apreensão de fls. 35 e depoimentos colhidos na seara investigatória. Bem assim, das informações presentes nos autos, vislumbro os fundamentos necessários à conversão da prisão em flagrante em preventiva. Com efeito, para além do depoimento prestado pelo autuado – onde reconheceu o cometimento de ato infracional análogo ao roubo, a consulta ao sistema JudWin revela que o acusado também respondeu, recentemente, a uma representação penal por ato infracional análogo ao delito de tráfico ilícito de entorpecentes perante a Vara Regional da Infância e Juventude nesta Comarca. Dessa forma, embora não possa ser o autuado considerado reincidente, seus antecedentes depõem contra si, mostrando ser pessoa dada ao mundo do crime, permitindo supor que, em liberdade, voltará a delinquir, demonstrando a real necessidade da prisão *ante*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

*tempus* do acusado como meio de garantir a ordem pública.  
(...)"

De fato, as circunstâncias que envolveram o crime imputado ao paciente revelam a gravidade concreta de sua conduta e a periculosidade social do mesmo, principalmente em se considerando a utilização do adolescente para a prática da conduta criminosa, o que demonstra risco concreto à ordem pública.

Com efeito, entende o Superior Tribunal de Justiça que: "(...) demonstrada a gravidade concreta do delito e a periculosidade do agente pelo *modus operandi*, a segregação cautelar do Acusado encontra-se devidamente fundamentada, não havendo que falar em constrangimento ilegal. Precedentes". (RHC 41.340/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, QUINTA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 17/02/2014).

Assim, diferentemente das alegações do impetrante, compreendo que o magistrado apresentou elementos concretos nos autos suficientes a evidenciar a necessidade da medida extrema à garantia da ordem pública, hipótese autorizadora constante do artigo 312 do Código de Processo penal, inexistindo, portanto, constrangimento ilegal à liberdade de locomoção do paciente.

Remetidos os autos, a douta Procuradora de Justiça, Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, ofertou o parecer de fls. 40/41v pela denegação da ordem. Confira-se trecho do posicionamento ministerial:

"(...) No tocante à fundamentação da prisão preventiva, o juízo de piso foi enfático ao considerar o descabimento de medida cautelar mais branda em favor do paciente, seja pela gravidade do crime, seja pelas circunstâncias do delito, e, seguramente, pela existência das hipóteses constantes no Art. 312 do CPP. *In casu*, observa-se, portanto, que a custódia preventiva do ora paciente foi decretada em razão das circunstâncias do grave crime praticado, podendo restar comprometida com eventual reiteração delitiva. Em relação ao alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo, denota-se das informações prestadas pela dita autoridade coatora que as fases processuais





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

estão ocorrendo de forma regular diante das peculiaridades do caso, tendo em vista que o paciente, através de sua defesa, interpôs vários pedidos de revogação da prisão preventiva, fazendo-se necessário a remessa dos autos ao Ministério Público para que se pronuncie sobre esses reiterados pedidos, dando causa ao retardo na marcha processual, não se constatando, portanto, desídia do juízo ou da acusação. (...)”

Em face de todo o exposto, em consonância com o posicionamento ministerial, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.

  
Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator